

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA

VITOR HUGO SOUZA MORAES

**HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA
PROPRIEDADE:** desencontros da atuação do Poder Judiciário da Comarca da Ilha de São
Luís à luz das decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal no
exercício da jurisdição constitucional democrática

São Luís

2022

VITOR HUGO SOUZA MORAES

**HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA
PROPRIEDADE:** desencontros da atuação do Poder Judiciário da Comarca da Ilha de São
Luís à luz das decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal no
exercício da jurisdição constitucional democrática

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da
Universidade Federal do Maranhão, como requisito para
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Fontenelle Carneiro

São Luís

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Moraes, Vitor Hugo Souza.

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE : desencontros da atuação do Poder Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís à luz das decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal no exercício da jurisdição constitucional democrática / Vitor Hugo Souza Moraes. - 2022.

184 f.

Coorientador(a): Mônica Fontenelle Carneiro.

Orientador(a): Cássius Guimarães Chai.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Conflitos possessórios. 2. Função social da propriedade. 3. Jurisdição constitucional. 4. Poder judiciário. 5. Posse. I. Carneiro, Mônica Fontenelle.

VITOR HUGO SOUZA MORAES

**HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA
PROPRIEDADE:** desencontros da atuação do Poder Judiciário da Comarca da Ilha de São
Luís à luz das decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal no
exercício da jurisdição constitucional democrática

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da
Universidade Federal do Maranhão, como requisito para
obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Monica Fontenelle Carneiro (Coorientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Marcelo Labanca Corrêa de Araújo
Universidade Católica de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Almeida de Sousa
Tribunal Regional do Trabalho da 16^a Região

À minha família, com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Considero os agradecimentos de uma pesquisa científica, embora opcionais, uma das partes mais importantes desta dissertação. É a “quebra da quarta parede” do trabalho acadêmico. Com menor rigidez das normas técnicas exigidas nos outros itens deste texto, aqui, posso falar por mim, em primeira pessoa, e demonstrar, ainda que brevemente, com quem sou, por quem sou e quem sou.

Com quem sou e por quem sou:

Deus, pela bondade e misericórdia, de onde tiro forças alcançar meus objetivos e renovo a esperança em dias melhores. A fé cristã tem me ensinado sobre o amor a todos e cada um, sobre a solidariedade e partilha, sobre a busca por igualdade e respeito indistintamente. De certa forma, espero que esses valores estejam presentes em cada ação a palavra minha, inclusive neste trabalho.

Família, pelo alicerce, apoio e amor incondicionais. Aos meus pais, minha gratidão pelo comprometimento em uma formação virtuosa e atenta às demandas sociais, possibilitando compreender minha responsabilidade com o próximo e com o mundo. São os maiores exemplos de integridade, honestidade e superação que tenho, me inspirando a ser cada vez melhor. Tenho orgulho de dizer que sou filho de professores, os maiores torcedores que tenho, inclusive na jornada acadêmica. Nunca serei capaz de retribuir todo amor que recebo.

Universidade Federal do Maranhão, especialmente ao PPGDIR/UFMA. Os muros do Campus Bacanga acompanharam minha formação acadêmica e pessoal durante a graduação e, nos últimos dois anos, as salas (virtuais) do PPGDIR foram onde reafirmei a crença na Universidade gratuita, de qualidade, inclusiva e emancipatória. Gratidão pelos encontros e pela oportunidade de, hoje, contribuir como professor na graduação. Estendo os agradecimentos aos queridos mestres, pela excelência e dedicação incansável, e aos amigos do mestrado, que superaram os desafios de dois anos de ensino remoto em uma pandemia.

Professor Cássius Guimarães Chai, que também merece um parágrafo especial. Gratidão pela orientação acadêmica séria, exigente e, acima de tudo, humana e compreensível. Agradeço por tantos ensinamentos, por transmitir valores e inspirar a mim e outras tantas pessoas a serem pessoas melhores, afinal, “a dedicação supera talento”. Como “quem só sabe direito não sabe nada”, agradeço a ele e ao Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade pelo diálogo interdisciplinar, com quem tenho aprendido sobre a vida e as relações. Queria que todos também pudessem experimentar a vivência acadêmica com um grupo de pesquisa comprometido com a ciência e sob a condução de um orientador tão sensível e incentivador.

Amigos, sem os quais não sou nada. Aos amigos de escola, da Universidade, dos trabalhos por onde passei, da vida: meu agradecimento pelo acolhimento, respeito, companheirismo e carinho. Tenho sorte de ter tantas pessoas especiais ao meu lado compartilhando de bons ideais e me incentivando em todos os meus sonhos. Sem correr o risco de nominá-los, agradeço todos pelo amor, convivência e compreensão.

Locais de trabalho, que sempre incentivaram o mestrado e a pesquisa acadêmica séria. Agradeço a SEDIHPOP, a UFMA e o ISPN pela compreensão dos últimos meses e pelo incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa. Sou grato por ter trabalhado em ambientes saudáveis, preocupados com meu desenvolvimento pessoal e com tanta gente boa e comprometida.

Todas as pessoas que cruzaram comigo em algum momento e deixaram um pouco de si em mim. Não há como deixar de agradecer tanta gente que me ensinou sobre a vida, especialmente nas tantas ocupações e comunidades tradicionais que visitei nos últimos anos. Em uma sociedade tão plural, tive a grata oportunidade de conhecer um pouco da diversidade sociocultural por pessoas tão especiais que se tornaram inesquecíveis. Passaram rapidamente por mim, mas deixaram lições me transformaram, seja por uma fala forte ou por compartilhar um copo de suco de bacuri gelado. Esse trabalho também é com eles e por eles, que me ensinaram sobre respeito, bem-viver, desenvolvimento, liberdade, integridade e acolhimento.

Por fim, acabo de demonstrar também, implicitamente, quem sou. Sou o resultado – constantemente mutável – de todas as pessoas ao meu redor. A partir de cada troca, tenho me tornado mais eu, com eles e por cada um deles. Sou causa e efeito das minhas relações, pautando meus sonhos a serviço de um mundo um pouco melhor. Gratidão a cada um.

“Deixa ver se a senhora entendeu: ‘esta terra mora em mim’, bateu com força em seu peito, ‘brotou em mim e enraizou’. ‘Aqui’, bateu novamente no peito, ‘é a morada da terra. Mora aqui em meu peito porque dela se fez minha vida, com meu povo todinho. No meu peito mora Água Negra, não no documento da fazenda da senhora e de seu marido. Vocês podem até me arrancar dela como uma erva ruim, mas nunca irão arrancar a terra de mim”.

(Itamar Vieira Júnior, em Torto Arado).

RESUMO

O presente trabalho problematiza se a atuação do Poder Judiciário na análise dos conflitos possessórios de natureza coletiva e consolidada na Comarca da Ilha de São Luís atende às expectativas hermenêuticas do STJ e STF e a uma jurisdição constitucional democrática compatível com os desafios de uma sociedade livre, justa e solidária enquanto elementos constitutivos da dignidade do ser humano. De início, apresentam-se considerações sobre o percurso metodológico da pesquisa, situando-a na análise bibliográfica e documental do tipo exploratória, abordagem quantiqualitativa, raciocínio indutivo e análise de conteúdo segundo Bardin, utilizada para codificar, categorizar e analisar o objeto de pesquisa: as decisões judiciais de reintegração de posse proferidas em face de coletividades consolidadas na Comarca da Ilha de São Luís, pela justiça estadual de primeiro grau, durante os anos de 2017 a 2020. A hipótese é que as decisões analisadas não observam o princípio da função social da propriedade ao determinarem a reintegração de posse de ocupações coletivas, em sentido contrário à concepção de jurisdição constitucional. Estrutura-se a investigação no objetivo geral de analisar a aplicação do princípio da função social nas decisões em litígios possessórios coletivos e sua correspondência às expectativas da jurisdição constitucional democrática, e nos objetivos específicos de proceder a um estudo crítico sobre a função social da propriedade e a constitucionalização do direito civil; descrever o contexto dos conflitos possessórios coletivos, os instrumentos normativos de tratamento adequado e os dados quantitativos das decisões analisadas; por fim, com a finalidade de analisar o conteúdo do objeto de pesquisa, busca-se analisar a atuação judicial nos litígios possessórios coletivos quanto à adequação da fundamentação das decisões à jurisdição constitucional e proteção ao Estado de Direito. A partir dos resultados coletados, confirma-se a hipótese, constatando-se que as decisões analisadas não estão adequadas à jurisdição constitucional e, em sua maioria, não observam os parâmetros procedimentais e processuais adequados para a resolução de litígios possessórios coletivos. O desenvolvimento da pesquisa adotou o marco teórico de Direito como Integridade (Dworkin) em diálogo com as contribuições de Klaus Günther e Cássius Chai sobre a hermenêutica jurídica, e traz a conclusão geral da necessidade da fundamentação das decisões judiciais se adequarem à jurisdição constitucional, ao modelo hermenêutico dos Tribunais Superiores e aos procedimentos determinados no CPC, de modo a garantir a prestação jurisdicional compatível com a defesa do Estado de Direito.

Palavras-chave: função social da propriedade; conflitos possessórios; jurisdição constitucional; poder judiciário; posse.

ABSTRACT

This research problematizes the performance of the Judiciary in the analysis of the possessory conflicts of collective and consolidated nature in the County of the Island of São Luís meets the hermeneutic expectations of the STJ and STF and a democratic constitutional jurisdiction compatible with the challenges of a free, fair and solidary society as constitutive elements of human dignity. At first, considerations about the methodological path of the research are presented, situating it in the bibliographic and documentary analysis of the exploratory type, quantitative and qualitative approach, inductive reasoning and content analysis according to Bardin, used to codify, categorize and analyze the object of research: the repossession judicial decisions rendered in the face of consolidated collectivities in the County of the Island of São Luís, by the state justice of first degree, during the years 2017 to 2020. The hypothesis is that the judicial decisions analyzed do not observe the principle of the social function of the property when determining the repossession of collective occupations, contrary to the understanding of the STF and STJ and the concept of constitutional jurisdiction. The research is structured around the general objective of analyzing the application of the principle of the social function of property in judicial decisions in collective possession disputes and its correspondence to the expectations of the democratic constitutional jurisdiction, and the specific objectives of making a critical study of the social function of property and the constitutionalization of civil law; Finally, to collect and analyze the content of the object of the research, we seek to explore judicial action in collective possession disputes concerning the adequacy of the reasoning of the decisions to the constitutional jurisdiction and the protection of the rule of law. Based on the results collected, the hypothesis is confirmed, confirming that the decisions analyzed are not appropriate for constitutional jurisdiction and, for the most part, do not observe the procedural and procedural parameters that are appropriate for resolving collective disputes over land. The development of the research adopted the theoretical framework of Law as Integrity (Dworkin) and in dialogue with the contributions of Klaus Günther and Cássius Chai on legal hermeneutics, and brings the general conclusion of the need for the grounds of the judicial decisions to be adequate to the constitutional jurisdiction, to the hermeneutic model of the Superior Courts and to the procedures determined in the CPC, to guarantee the jurisdictional provision compatible with the defense of the Rule of Law.

Keywords: social function of property; possessory conflicts; constitutional jurisdiction; judiciary; possession.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1	- Códigos e categorização com base na análise de conteúdo	22
Gráfico 1	- Distribuição das decisões por Termo Judiciário	60
Gráfico 2	- Intimações previstas no artigo 545 do CPC	63

LISTA DE SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
CGJTJMA	Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
COECV	Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Código de Processo Civil
DPE	Defensoria Pública do Estado
MP/MA	Ministério Público do Estado do Maranhão
OAB/MA	Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organizações das Nações Unidas
SEDIHPOP	Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular
SSP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJMA	Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	BASES METODOLÓGICAS	17
2.1	Métodos de pesquisa	18
2.2	Análise de dados.....	20
3	O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	24
3.1	A evolução do conceito da propriedade privada até o constitucionalismo de 1988	24
3.2	A função social da propriedade e a alteração da carga semântica após 1988 à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores	30
3.3	A força normativa da Constituição e a constitucionalização do direito civil	37
4	CONTEXTO E JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS POSSESSÓRIOS COLETIVOS NA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS.....	46
4.1	A geografia dos conflitos: caracterização, razões, violações e resistências ligadas à luta pela terra em São Luís	46
4.2	A judicialização dos conflitos possessórios e instrumentos jurídicos de acesso à justiça social fundiária	50
4.3	O conteúdo das decisões judiciais: dados do tratamento judicial nos litígios possessórios coletivos na Comarca da Ilha de São Luís entre 2017 e 2020.....	58
4.3.1	A aplicação do princípio constitucional da função social da propriedade nos conflitos possessórios coletivos	59
4.3.2	Decisões liminares e a (in)observância das regras processuais em casos de conflitos coletivos 62	
4.3.3	A fundamentação para concessão de mandados de reintegração de posse em face de coletividades no âmbito das ações possessórias.....	64
5	A ATUAÇÃO JUDICIAL EM CONFLITOS POSSESSÓRIOS E A OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	66
5.1	O tratamento judicial em conflitos possessórios e os problemas da inobservância do princípio da função social da propriedade à dignidade humana	66
5.2	A jurisdição constitucional como suposto de validade e adequação para decisões judiciais e proteção ao Estado de Direito	74

5.3	Crítica do Direito e caminhos para a concretização da jurisdição constitucional democrática nos conflitos possessórios	82
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS.....	97
	APÊNDICES	108
	ANEXOS.....	111